DOURO – Estudos & Documentos, vol. III (5), 1998 (1°), 133-156

Jorge Martins Ribeiro *

Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX**

Na primeira metade do século XIX Portugal passou tempos difíceis e a cidade do Porto, então, tal como agora, um centro portuário importante, com uma pujante actividade comercial, desempenhou um papel significativo na vida política e militar do país. Estes acontecimentos tiveram, de facto, um impacto profundo no comércio portuense e no quotidiano dos seus habitantes, provocando dificuldades e prejuízos vários aos negociantes estrangeiros que residiam e exerciam a sua actividade no Porto. No entanto, a Comunidade Britânica, como veremos no decurso deste trabalho, não foi muito afectada por toda esta turbulência política.

O comércio era uma das actividades económicas mais importantes da cidade, em que as trocas com a Grã-Bretanha desempenhavam um papel de relevo. De facto, não nos podemos esquecer que o Reino Unido era o principal parceiro de Portugal, a nível comercial, e que nos inícios do século XIX as relações comerciais entre os dois países se encontravam reguladas pelo *Tratado de Methuen*, assinado em 1703. Este acordo facilitou a entrada de manufacturas de lã britânicas em território português e de vinhos lusos em Inglaterra[1].

Por outro lado, é necessário recordar que, no século XVIII, as vendas de vinho, particularmente à Grã-Bretanha, tinham trazido prosperidade a Portugal e que o principal produto exportado pelo burgo portuense era o vinho do Porto, cujo comércio estava, em grande parte, nas mãos dos comerciantes britânicos[2]. Este era, aliás, segundo James Warre, o principal artigo de exportação de Portugal,

* Investigador do GEHVID. Professor da FLUP.

** Uma versão preliminar deste trabalho, com o título *British Trade and merchants in Oporto in the first half of the nineteenth century,* foi apresentada na Universidade de Cambridge, na conferência «Alliance, '93». «The Anglo-Portuguese Alliance in History, 1374-1993: Reappraisals» organizada pelo International Conference Group on Portugal, em Setembro de 1993.

1 MACEDO, Jorge Borges de – *Methuen, Tratado de (1703).* In SERRÃO, Joel, ed. – *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p. 284-285.

2 MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal.* 7ª. ed. Lisboa: Palas Editores, 1977. vol. I, p. 524.

«sendo a Grã-Bretanha não somente o seu melhor, mas quase o seu único cliente»[3]. Na opinião de W. H. Harrison, um súbdito inglês que visitou o Porto, em 1837, o comércio e a actividade da cidade deviam-se ao exemplo dos numerosos ingleses aí residentes[4]. De facto, de acordo com Paul Duguid, «as solicitações do mercado britânico dominavam a economia da região» e as «firmas britânicas desempenhavam um papel central no comércio» da cidade[5].

Nas primeiras décadas do século XIX a ordem política e económica de Portugal e da Europa foi subvertida por Napoleão, o insaciável perturbador do mundo, nas palavras de William Warre, cônsul britânico no Porto[6]. Em Novembro de 1807, a família real, debaixo da protecção da armada inglesa, deixou Lisboa e estabeleceu o centro do governo no Rio de Janeiro. E, logo que desembarcou no Brasil, o Príncipe Regente, D. João, abriu os portos brasileiros ao comércio com o Reino Unido, decisão que se revelou prejudicial ao tráfico marítimo português[7]. Jorge Borges de Macedo, contudo, diz que esta medida não perturbou muito a economia portuguesa, pois, em sua opinião, as invasões francesas, ocorridas em 1807-1808, 1809 e 1810-1811, foram muito mais traumatizantes[8].

Aliás, durante este turbulento período, foi assinado, entre a Inglaterra e Portugal, um outro e controverso tratado, o de 1810[9]. Em conformidade com o consignado neste convénio as manufacturas britânicas podiam entrar livremente em Portugal e no Brasil, embora não tivessem sido modificadas as estipulações do *Tratado de Methuen*, relativamente às exportações e importações de têxteis ingleses e de vinhos portugueses[10]. O Acordo de 1810 esteve em vigor até 1836, altura em que foi denunciado pelo governo português, tendo sido assinado, entre os dois países, em 1842, um novo tratado de comércio e navegação[11].

3 BENNETT, Norman R. – *O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa durante o século XIX*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. 4 (1997), p. 272.

4 HARRISON, W. H. – *The Tourist in Portugal*. London: Robert Jennings, 1839, p. 65.

5 DUGUID, Paul – *Lavradores, exportadores, intermediários e capitalistas: componentes da Região do vinho do Porto*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. 2 (1996), p 206.

6 RIBEIRO, Jorge Martins – *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas*. Porto: Fundação Engº. António de Almeida, 1990, p. 34.

7 SILVA, Domingos Oliveira – *The apogee and decline of British hegemony in Portugal (1807-1820)*. Southampton: University of Southampton, 1985, p. 306. Dissertação de doutoramento.

8 MACEDO, Jorge Borges – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª. ed. Lisboa: Querco, 1982, p. 236.

9 RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Em torno do tratado de 1810*. In «Actas do Colóquio comemorativo do VI centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de Outubro de 1986)». Porto: Instituto de Estudos Ingleses e Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 331; ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 261-265.

10 SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A instauração do Liberalismo (1807-1832)*. In «História de Portugal». [S.l.]: Editorial Verbo, [1984], vol. 7, p. 126-127.

11 SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Do Mindelo à Restauração (1832-1851)*. In «História de Portugal». [S.l.]: Editorial Verbo, [1986], vol. 8, p. 174.

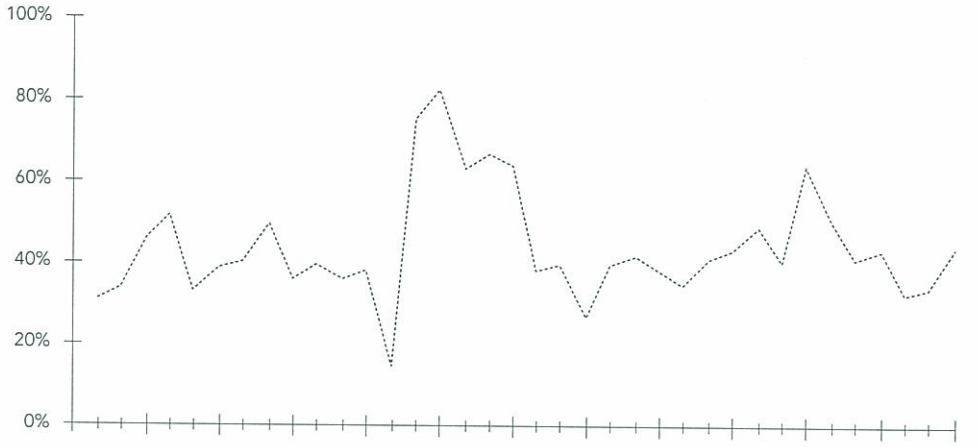
Tudo isto mostra a importância das trocas comerciais luso-inglesas, o que é confirmado pelos gráficos A e B e pelos quadros 1 e 2, em apêndice, os quais contém séries numéricas relativas às trocas bilaterais de 1796 a 1831. Estes dados mostram que o Reino Unido era o principal fornecedor de Portugal e o seu mais importante cliente. Nos gráficos A e B verificamos que, durante as invasões francesas, os valores das importações e exportações foram elevados. De facto, devido ao conflito, o país encontrava-se impedido de realizar escambo com os seus outros mercados tradicionais, tais como a Espanha, França e Hamburgo. Além disto, um exército britânico encontrava-se estacionado em território português e o país teve de contar principalmente com o Reino Unido como seu principal fornecedor e cliente.

Gráfico A – Importações portuguesas da Grã-Bretanha
(percentagem em relação ao total das importações)

(Fonte: Quadro 1 do Apêndice)

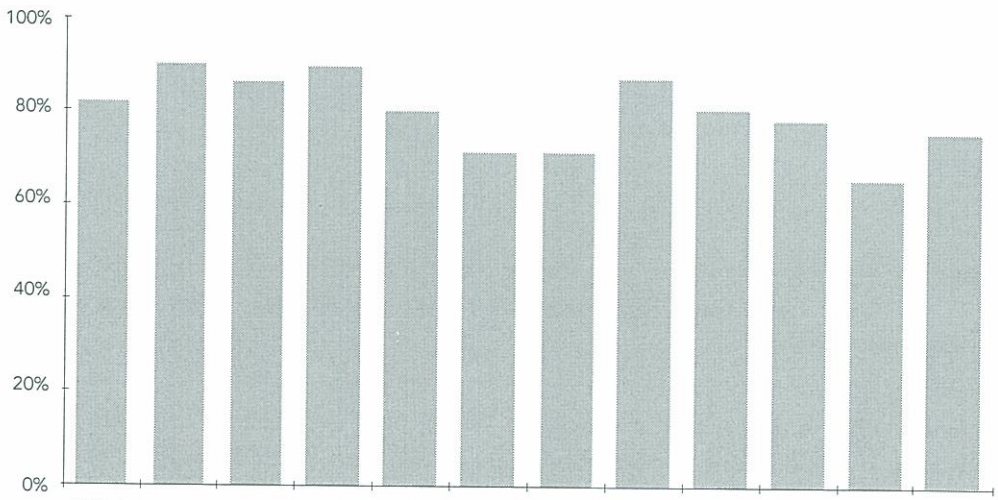
Entre 1800 e 1804, por exemplo, a Grã-Bretanha recebeu cerca de 90%, enquanto o declínio das exportações, que se verificou de 1840 a 1854, foi causado por um aumento das vendas deste produto aos Estados Unidos. Isto não significa, de modo algum, que os americanos se tivessem subitamente convertido ao vinho do Porto, pois, na realidade preferiam o da Madeira. Revelava-se, no entanto, mais barato mandar vinho para a América, de onde era reexportado para os portos ingleses. Isto ocorria porque quando expedido para regiões não europeias, o vinho do Porto pagava menos direitos do que quando o era para portos europeus. Os negociantes compravam, então, bilhetes que permitiam o seu envio

Gráfico B – Exportações portuguesas para a Grã-Bretanha
(Percentagem em relação ao total das exportações)



(Fonte: Quadro 2 do Apêndice)

Gráfico C – Exportações de vinho do Porto para a Grã-Bretanha
(Percentagem em relação ao total das exportações)



(Fonte: Quadro 3 do Apêndice)

para outros continentes, mesmo que não correspondessem à qualidade do produto que tinham adquirido. Apesar dos preços dos fretes e das cargas serem três vezes e meia mais altos, ainda assim tornava-se mais lucrativo enviar o vinho via

portos norte-americanos do que directamente para a Grã-Bretanha[12]. Refira-se, a propósito, que os ingleses contestavam a existência destes direitos de exportação, alegando serem contrários ao consignado no Tratado de 1842. Finalmente, em 1852, as autoridades de Lisboa modificaram estas taxas, passando o vinho a ser dividido em duas categorias, uma para exportação e outra para consumo interno ou para destilação. Os vinhos das colheitas anteriores, classificados de 2ª. categoria, obtinham autorização par serem exportados mediante o pagamento de 4$000 por pipa[13]. É ainda de assinalar que de 1810 a 1840, ao mesmo tempo que diminuiam as importações de vinho do Porto pela Inglaterra, aumentavam as compras de Xerez por parte deste país[14].

Como podemos ver no quadro 4 (ver apêndice), construído com dados publicados por James Edward Alexander na sua obra *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*, o consumo de vinhos portugueses na Grã-Bretanha no período de 1787 a 1833 era muito alto. Em algumas épocas mais de metade dos vinhos consumidos no Reino Unido eram importados de Portugal e da ilha da Madeira, embora a fatia que cabia ao vinho do Porto fosse considerável[15]. Valentim Alexandre afirma que, entre 1799 e 1807, este produto representava mais de 50% das exportações de Portugal metropolitano para o estrangeiro. Quase todo ia para a Grã-Bretanha, correspondendo a mais de 70% do total das mercadorias vendidas a este país de 1800 a 1807[16].

Até 1822 o volume do tráfico entre o Porto e a Inglaterra era mais importante que o comércio com o Brasil. M. A. Renou, na sua obra *Amérique et Europe dans le destin de Porto au XVIIIe siècle*, verifica que as exportações para as ilhas britânicas eram quase sempre superiores às importações, com excepção dos anos de 1808, 1811 e 1813. Por outro lado, as importações da cidade atingiram valores elevados de 1809 a 1811, anos em que ocorreram as 2ª. e 3ª. invasões francesas, conforme observamos no gráfico B e quadro 2, em apêndice, tendo o burgo portuense recebido, sobretudo, têxteis e bens alimentares da Inglaterra. A intervenção napoleónica em Portugal é também responsável pela queda das exportações

12 RIBEIRO, Jorge Martins – *Economia e política no burgo portuense através da correspondência dos cônsules dos Estados Unidos no Porto (1841-1851)*. «Revista da Faculdade de Letras – História». Porto. 9 (1992), p. 183-185.

13 BENNETT, Norman R. – *O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa durante o século XIX*. p. 283.

14 PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 149; BENNETT, Norman R.– *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto, 1813-1831*. «The Journal of European Economic History». Roma: Banca di Roma. vol. 24, nº 2 (1995), p. 246-247.

15 *Table V – Annual consumption of all wines from 1784 to 1833* em ALEXANDER, James Edward – *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*. London: James Cochrane and Cº., 1835, p. 295.

16 ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do Império...*, p. 72.

em 1808. A autora acima referenciada indica também que o vinho é o principal produto exportado através da barra do Douro[17].

A maior parte deste comércio estava nas mãos dos negociantes britânicos e, embora a fundação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, em 1756, pelo Marquês de Pombal, não afectasse, de modo sério, as actividades destes homens, deu azo a muitas queixas da sua parte[18]. De facto, a Companhia rapidamente adquiriu um papel preponderante no sector importador e exportador do vinho, existindo, desde o início, atritos entre esta instituição e os comerciantes ingleses, os quais a acusaram de abusar da sua posição. Aliás, um proeminente negociante inglês insistia na necessidade de um tratado capaz de proteger os seus privilégios comerciais, como forma de resistir a «todos os desgostos e opressões» que lhe eram infligidos[19].

Em 1812 e 1824 os mercadores ingleses enviaram petições às autoridades de Londres, uma primeira foi dirigida à Câmara dos Comuns e uma segunda ao ministro George Canning, com queixas contra o monopólio da Companhia e a opressão que este gerara[20]. Embora em ambas as ocasiões afirmassem que esta instituição violava os termos do Tratado de 1810, em 1812 foram ao ponto de pedir a extinção da Companhia. De facto, depois da assinatura do referido convénio os ingleses tinham tido esperanças que a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* fosse abolida em breve. No entanto, tal não veio a acontecer, tendo o alvará da Companhia sido renovado, em 1815, por mais 20 anos, com todos os seus anteriores direitos e privilégios. Esta decisão tornou-se, contudo, efectiva, somente a partir de 1817[21].

Em 1813, responsáveis do gabinete de Londres aconselharam os comerciantes do Porto a moderarem os seus protestos, de forma a facilitarem a entrada em vigor do tratado. Depois da renovação do alvará da Companhia os mercadores britânicos não conseguiram chegar a um acordo sobre a conduta a seguir nesta matéria, tendo alguns comerciantes perdido o interesse nas negociações. Porém,

17 RENOU, M. A. – *Amérique et l'Europe dans le destin de Porto au XVIIIe siècle (ou le trafic maritime de Porto d'après les balances de commerce) 1796-1822*. Nanterre: Université de Nanterre, 1986, p. 211-234. Dissertação de doutoramento. Relativamente ao tráfego entre Portugal e a Grã-Bretanha de 1807 e 1820 deve-se também consultar a obra de Domingos Oliveira e Silva – *The apogee and decline of British hegemony in Portugal (1807-1820)*, p. 302-380.

18 RIBEIRO, Jorge Martins – *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas*, p. 19-20.

19 BENNETT, Norman R. – *The Golden Age of the Port Wine System 1781-1807*. «The International History Review». Simon Fraser University. vol. 12, nº 2 (1990), p. 227 e *O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa durante o século XIX*. p. 272; 275.

20 MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 315; 322.

21 MILFORD, John – *Peninsular Sketches during a recent tour*. London: John Richardson and J. Hatchard, 1816, p. 192; SILVA, Domingos Oliveira e – *The apogee and decline of British hegemony in Portugal (1807-1820)*, p. 7-8; 243-253; ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do Império...*, p. 266-269; BENNETT, Norman R. – *O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa...*, p. 276; 279.

dado que a questão ficou por resolver, muitos ingleses mostravam-se insatisfeitos com a incapacidade do seu governo em dar solução às suas queixas, pois as práticas da Companhia continuavam a causar-lhes desagrado e preocupação. Norman Bennett é de opinião que as pretensões dos negociantes não foram atendidas devido à difícil situação política e económica de Portugal, à qual se juntava uma diminuição do consumo de vinho do Porto nas ilhas britânicas. Apesar das expectativas geradas pela Revolução de 1820, a Companhia acabou por não ser extinta, pois, durante o pouco tempo em que os liberais estiveram no poder, estes encontravam-se preocupados com muitos outros assuntos importantes, o que não lhes permitiu debruçarem-se sobre este tema[22]. Já na opinião de Domingos Oliveira e Silva, a não abolição da Companhia ficou a dever-se ao facto de nem o governo de Londres nem os exportadores que exerciam a sua actividade na Grã-Bretanha estarem interessados nisso. O mesmo autor escreve, ainda, que as autoridades britânicas abandonaram a causa dos mercadores quando se capacitaram que este conflito podia ter como consequência a revogação do Tratado de 1810, por parte de Portugal[23].

Em 1828 a administração portuense, então fiel às autoridades absolutistas, informou Lisboa que os comerciantes britânicos não queriam estar sujeitos a qualquer disposição política ou económica capaz de afectar os seus interesses e tentaram, por todos os meios ao seu alcance, tais como a intriga e o suborno, suprimir a Companhia do Vinho do Porto. Pedro Dias, um autor de finais do século XIX, sugere que esta foi a única razão pela qual os ingleses apoiaram a causa liberal[24]. Num livro publicado em 1835, James Edward Alexander, um oficial que lutou ao lado de D. Pedro, atribui a deterioração da qualidade, bem como os preços elevados do vinho à actividade da Companhia. Este militar era favorável à extinção desta instituição, uma medida que considerava indispensável para o futuro do vinho do Porto[25]. A Companhia foi abolida em 1834 pelo governo liberal, porém, quatro anos mais tarde acabou por ser restabelecida por um período de 20 anos. Na realidade, este organismo subsistiu até 1863, altura em que foi suprimido, sendo, em 1865, transformado numa firma comercial, ainda hoje a laborar, a *Companhia Velha*[26].

Além do vinho, os ingleses tinham vários outros interesses comerciais, pois importavam bacalhau da Terra Nova e dos Estados Unidos, aduelas, também da

22 BENNETT, Norman R. – *O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa...*, p. 278-281.
23 SILVA, Domingos Oliveira e – *The apogee and decline of British hegemony in Portugal (1807-1820)*, p. 8.
24 DIAS, Pedro A. – *Subsídios para a história política do Porto (1823-1829)*. Porto: Typographia Central, 1896, p. 101.
25 ALEXANDER, James Edward – *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*, p. 295.
26 MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, p. 326; BENNETT, Norman R. – *O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa durante o século XIX*, p. 282; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*, p. 125.

América do Norte, aguardente para a fortificação dos vinhos, carvão, metais, arroz, cereais, sabão, carne de vaca, azeite, farinha, queijo, tecidos, etc. Por outro lado, exportavam vários produtos tais como cortiça, utilizada para acomodar as pipas a bordo dos navios, a qual era vendida quando as embarcações chegavam ao destino, sal, cebolas, frutos, limões, amêndoa, sumagre e artigos brasileiros, como por exemplo, couros, açúcar, algodão e café[27].

Os súbditos britânicos residentes em Portugal gozavam de vários privilégios, que lhes haviam sido concedidos, ao longo dos séculos, pelos reis de Portugal. Tinham, por exemplo, um Juiz privativo, escolhido por eles, e que actuava como árbitro das disputas[28], encontravam-se isentos de impostos de guerra e do aboletamento de soldados em períodos de conflito, contudo, em matéria religiosa apenas podiam celebrar as suas cerimónias em recintos fechados. De facto, só depois da assinatura do Tratado de 1810 conseguiram uma certa liberdade de culto. Ao princípio, os serviços dominicais tinham lugar no salão de baile da Feitoria, porém, em 1815 começou a construção de uma Igreja no terreno do cemitério. Este pedaço de terra havia sido comprado em 1787, tendo a Igreja de *Saint James* sido concluída em 1818, e posteriormente alargada em 1867[29].

Além disto, o edifício da Feitoria Inglesa, já aqui mencionado, foi construído entre 1785 e 1790 com planos do cônsul John Whitehead. Este era um local onde os ingleses se encontravam para realizarem negócios e para actividades de carácter social e onde também era fixado o câmbio. Depois de 1810 foi formada a *Associação Britânica do Porto*, que se instalou na Feitoria, local onde, até 1835, também estiveram alojados os serviços consulares britânicos[30].

Parece que, até às invasões francesas, os ingleses viveram uma vida relativamente tranquila. Não possuíam quintas no vale do Douro, mas tinham aí agentes que além de lhes enviarem informações acerca da qualidade e quantidade do vinho colhido também o expediam para Vila Nova de Gaia. Nos meses de Janeiro

27 RIBEIRO, Jorge Martins – *La communauté britannique de Porto au début du XIXe siècle*. In «L'identité régionale. L'idée de région dans L'Europe du Sud-ouest». Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1991, p. 94-95 e *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas*, p. 27-28; BENNETT, Norman R. – *The Golden Age of the Port Wine System 1781-1807*, p. 237 e *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto*, 1813-1831, p. 267.

28 DELAFORCE, JOHN – *The Factory House at Oporto*. 2ª. ed. London: Christie's Wine Publications, 1983, p. 7.

29 RIBEIRO, Jorge Martins – *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas*, p. 21-23 e *L'anglicanisme au Portugal du XVIIe au XIXe siècle*. Bordeaux: Centre d'Etudes Nord du Portugal-Aquitaine, 1991, fotocopiado: GUICHARD, François – *Le Protestantisme au Portugal*. In «Arquivos do Centro Cultural Português», 1990, p. 455; SILVA, Domingos Oliveira e – *The apogee and decline of British hegemony in Portugal (1807-1820)*, p. 178.

30 DELAFORCE, John – *The Factory House at Oporto*, p. 4; 5; 19; SELLERS, Charles – *Oporto Old and New*. London: Herbert E. Harper, 1899, p. 66; 70; 73. RIBEIRO, Jorge Martins – *A Comunidade Britânica durante as invasões francesas*, p. 22 e *La communauté britannique de Porto au début du XIXe siécle*, p. 96.

ou Fevereiro os comerciantes costumavam ir ao Douro para provarem e comprarem os vinhos da colheita anterior. Por outro lado, os agentes e os amanuenses destas companhias eram súbditos portugueses e gozavam de plena confiança entre os britânicos[31].

O estado de guerra entre a Grã-Bretanha e a França criou dificuldades ao comércio e os navios que demandavam a cidade do Porto sofreram ataques dos corsários e das marinhas de guerra da Inglaterra, França e Espanha. Convém recordar que este país era aliado da França e tinha aderido ao bloqueio continental, decretado por Napoleão. A *Royal Navy* aprisionou navios portugueses que se dirigiam para cidades do norte da Europa (Amesterdão, Friedrichstadt, Tonningen e Hamburgo) e embarcações que regressavam do Brasil eram obrigadas a dirigirem-se para portos ingleses. Barcos alemães e dinamarqueses tornaram-se também um alvo para a armada britânica, enquanto as marinhas de guerra da França e da Espanha perseguiam navios portugueses e ingleses que se dedicavam ao tráfego comercial com o burgo portuense. E, se estas capturas não eram muito numerosas, isto devia-se ao facto de, desde a batalha de Trafalgar, a frota britânica gozar de uma indiscutível supremacia nos mares e dos vasos de guerra do Reino Unido escoltarem as embarcações portuguesas[32].

O corso foi, no entanto, a actividade que mais prejuízos causou, pois, entre 1805 e 1807, vários navios mercantes britânicos foram apresados e conduzidos a Espanha. Estes guerrilheiros do mar actuavam de forma muito ousada, capturavam barcos perto da cidade do Porto e chegavam mesmo a realizar estas operações ao alcance do fogo da fortaleza de S. João da Foz, que defendia a entrada do Douro. Além disto, existem provas de que o cônsul britânico em Viana, Richard Allen, estava implicado em todo este processo. Estes ataques eram perpetrados, com total impunidade, em plena luz do dia, devido a duas razões principais. Por um lado, barcos corsários espanhóis com base em portos galegos, tais como Vigo, Bayona e La Guardia, mantinham vigias nas colinas que dominam o rio Minho e, por outro, Portugal não possuía uma marinha de guerra capaz de evitar tais agressões. Esta a razão pela qual a tarefa era desempenhada pela *Royal Navy*, sem que para o efeito tivesse havido um pedido formal de ajuda por parte do governo português. Lisboa, aliás, não podia pedir auxílio, de forma oficial, pois o Príncipe Regente queria manter-se neutral no conflito que opunha a França à Grã-Bretanha. Além disto, também os corsários franceses e britânicos causavam prejuízos à actividade comercial da cidade[33].

31 RIBEIRO, Jorge Martins – *La communauté britannique de Porto au début du XIXe siècle*, p. 98; BENNETT, Norman R. – *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto, 1813-1831*, p. 250.
32 Ibid., p. 54-60.
33 Ibid., p. 61-85.

Portugal, apesar de todos os esforços, não conseguiu manter a sua neutralidade, o que fez os comerciantes britânicos passar por duras provações. Todavia, antes dos exércitos franceses entrarem em Portugal, os ingleses conseguiram sair do país, levando consigo tudo o que podiam. Deste modo, conseguiram salvar os seus bens dos confiscos ordenados pelos franceses e pelas autoridades portuguesas. De facto, em Novembro de 1807, sob pressão de Napoleão, o governo de Lisboa sequestrou todos os bens britânicos em Portugal. Os comerciantes, no entanto, antes de partirem, tomaram providências, de forma a evitar que as suas propriedades fossem apreendidas pelos invasores. Para o efeito utilizaram vários estratagemas, quer contraindo hipotecas, pelas quais davam como penhor as suas propriedades fundiárias, quer declarando em escritura notarial que deviam dinheiro a súbditos portugueses, garantindo o pagamento dessas dívidas com os seus bens, se não voltassem a Portugal. Os negociantes ingleses também deixaram procurações aos seus empregados, para que estes pudessem gerir os seus negócios, enquanto se encontrassem ausentes. Alguns súbditos britânicos, contudo, continuaram no Porto, durante a ocupação francesa, de forma a cuidar dos seus bens e dos dos seus compatriotas, acabando, porém, por ser presos, em Dezembro de 1807, pelos invasores espanhóis. Estes, de acordo com as estipulações do *Tratado de Fontainebleau*, assinado entre Napoleão e a Espanha, invadiram o Norte de Portugal[34].

As medidas tomadas revelaram-se de facto eficazes, pois os comerciantes ingleses não sofreram muitas perdas durante as duas primeiras invasões francesas, as únicas que atingiram o Porto. Logo que os exércitos napoleónicos se retiraram do território português, muitos destes mercadores regressaram e reiniciaram o envio de vinho para o Reino Unido e a importação de bens alimentares, os quais eram indispensáveis para o aprovisionamento dos exércitos britânico e português[35].

Os franceses deixaram definitivamente Portugal em 1811, no mesmo ano em que os britânicos reocuparam o edifício da Feitoria, onde, logo em Junho, teve lugar um jantar e um baile[36]. E, se durante algum tempo o país se manteve em paz, avizinhavam-se, contudo, tempos difíceis. A família real continuou no Brasil e, apesar da existência de uma Regência em Lisboa, o país era, na realidade, governado pelo general Beresford, o que causava grande descontentamento entre os portugueses. Assim, a 14 de Agosto de 1820, ocorreu, no Porto, um golpe militar,

34 Ibid., p. 108-109; 119-120; BENNETT, Norman R. – *The Golden Age of the Port Wine System 1781--1807*, p. 239 e *The Vignerons of the Douro in the Peninsular War*. «The Journal of European Economic History». Roma: Banca di Roma. vol. 21, nº 1 (1992), p. 13-14.

35 BASTO, Artur de Magalhães – *1809. O Porto sob a segunda invasão francesa*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 98; SILVA, Domingos Oliveira e – *The apogee and decline of British hegemony in Portugal (1807-1820)*, p. 56-58; RIBEIRO, Jorge Martins – *La communauté britannique de Porto au début du XIXe siècle*, p. 124-126.

36 DELAFORCE, John – *The Factory House at Oporto*, p. 37.

que teve como consequência o fim do Antigo Regime[37]. Apesar deste evento marcar o início da primeira revolução liberal portuguesa, abriu também um período de cerca de trinta anos de guerras e convulsões, além de que, em 1822, o Brasil se tornou independente, sob a égide de D. Pedro, filho mais velho do rei D. João VI.

Com o fim da Guerra Peninsular e da ameaça francesa, a vida da comunidade mercantil britânica no Porto, no dizer de Rose Macaulay, revivificou-se e voltou a florescer[38]. Todavia, quando, em 1812 e 1813, John Milford visitou o burgo portuense, das mais de vinte famílias que antes da guerra viviam na cidade com toda a elegância e conforto apenas restavam quatro ou cinco. Os comerciantes, no entanto, encontravam-se já em plena actividade e John Milford descreve as suas reuniões diárias na *Rua Nova dos Ingleses*, em frente ao hotel onde se encontrava hospedado[39]. A Revolução de 1820, apesar de não ter perturbado a vida comercial do burgo portuense, provocou temores entre os membros da Comunidade Britânica, tornando-os cautelosos em público. Contudo, ante uma excelente colheita de vinho e a possibilidade de significativas mudanças na forma como a Companhia era administrada, as esperanças renasceram. Aliás, o responsável da firma *Cockburn*, então residente no Porto, considerava que o novo regime se revelaria benéfico[40].

Em 1825 eclodiu um conflito entre os súbditos britânicos acerca da posse do edifício da Feitoria. Dado muito já ter sido escrito acerca deste incidente, apenas diremos que vários comerciantes não envolvidos na exportação de vinho enviaram uma petição ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros inglês, afirmando que o prédio era propriedade da nação britânica e, por consequência, todos os súbditos do Reino Unido tinham direito a utilizá-lo. Os requerentes acusaram os membros da Associação Britânica de recusarem admissão a todos aqueles que não estavam ligados a firmas envolvidas em negócios de vinho ou peixe. Esta disputa terminou em 1834, quando o cônsul inglês Thomas Sorell conseguiu a reconciliação entre as duas partes, passando a ser aceites todos os que, apesar de não transaccionarem vinhos, pediam admissão à Associação[41].

Depois de elogiar os jardins existentes em torno da capela de *Saint James* o reverendo William Kinsey, que visitou o Porto em 1827, observa que os mais ricos

37 RIBEIRO, Jorge Martins – *Economia e política no burgo portuense através da correspondência dos cônsules dos Estados Unidos no Porto (1841-1851)*, p. 297.

38 MACAULAY, Rose – *They went to Portugal*. 2ª. ed. Harmondsworth: Penguin Books, 1985, p. 238.

39 MILFORD, John – *Peninsular Sketches during a recent tour*, p. 193-194.

40 SILVA, Domingos Oliveira e – *The apogee and decline of the British hegemony in Portugal (1807--1820)*, p. 432; 446; 149; BENNETT, Norman R.– *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto*, 1813--1831, p. 259.

41 SELLERS, Charles – *Oporto Old and New*, p. 57-75; MACAULAY, Rose – *They went to Portugal*, p. 238-239; DELAFORCE, John – *The Factory House at Oporto*, p. 40-44; FRANCIS, Alan David – *The wine trade*. New York: Harper and Row Publishers, 1972, p. 291-294.

e respeitáveis comerciantes ingleses eram membros da Congregação, tendo ficado impressionado com a devoção demonstrada pelos participantes durante os serviços religiosos. Kinsey também gostou do edifício da Feitoria onde fora convidado a jantar. Aliás, através deste livro ficamos a saber que o local onde se fixava o câmbio se situava no rés-do-chão deste prédio, embora os comerciantes preferissem encontrar-se na rua ou na sala de leitura dos jornais. Este autor também diz que as reuniões de carácter social tinham lugar nestas instalações. Observações, aliás, coincidentes com as que John Milford havia feito alguns anos antes. É interessante, ainda, ter em atenção as palavras do reverendo William Kinsey quando diz que a política lançou uma sombra de suspeição entre os portugueses, os quais, apesar de tudo, continuavam a confiar nos ingleses com quem falavam livremente e sem reservas. Este clérigo, todavia, tem palavras severas para com os regimes sob os quais Portugal e Espanha viviam e contra o clero que os apoiava[42].

Por esta altura, tinham tido lugar acontecimentos determinantes para a agitada vida política do país. O rei D. João VI havia falecido em 1826 e o seu filho mais velho, D. Pedro, imperador do Brasil, tinha sido aclamado rei de Portugal. Este, contudo, abdicara dos seus direitos ao trono português em favor da sua filha, D. Maria da Glória, com a condição que esta casasse com o seu tio, D. Miguel, então exilado na Áustria, o qual se tornaria regente do reino. Ao mesmo tempo, D. Pedro, que tentou desta maneira pacificar o país, deu-lhe uma Carta Constitucional. D. Miguel aceitou todas as condições propostas e regressou a Portugal, em Fevereiro de 1828. No entanto, pouco depois da sua chegada, dissolveu as Cortes e voltou a convocá-las em Maio, segundo a fórmula tradicional, ou seja por ordens, tal como antes da Revolução de 1820. E, após ter tomado estas medidas, D. Miguel foi aclamado rei de Portugal, em Julho de 1828[43].

Os súbditos britânicos simpatizaram sempre mais com os liberais do que com os absolutistas, mas mantiveram-se formalmente neutrais, pois estavam cientes dos perigos que correriam se se envolvessem na guerra civil[44]. Pedro Dias sustenta que isto se deveu aos interesses em jogo e não à sua educação liberal. Os ingleses eram, aliás, considerados radicais pelas autoridades e, em 1824, a polícia lamentava que o Tratado de 1810 não permitisse buscas nas suas residências, pois, como tinham o hábito de se reunirem no edifício da Feitoria ou em suas casas, era muito difícil espiá-los. De facto, alguns ingleses chegaram mesmo a tomar parte nos confrontos que dividiram a sociedade portuguesa. Tal é o caso de

42 KINSEY, William M. – *Portugal illustrated in a series of letters*. 2ª. ed. London: Treuttel and Würtz, Treuttel Jun. and Richter, 1929, p. 178-179; 181-182; 215.

43 MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. vol. 2, p. 88-89.

44 BENNETT, Norman R. – *O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização*. «DOURO – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. nº 2 (1996), p 182.

Charles Henry Noble, filho de um proeminente comerciante britânico que incitou os soldados rebeldes no decurso da revolta de 16 de Maio de 1828, tendo por isso sofrido represálias da parte dos apoiantes de D. Miguel. Contudo, apesar das pressões exercidas por parte de ministros portugueses, a pedir a sua absolvição, e do seu pai estar bem relacionado com elementos influentes do Partido Liberal Britânico, o Tribunal da Relação do Porto, composto por elementos absolutistas fanáticos, condenou-o. A sentença, com data de Maio de 1829, bania Charles Henry Noble de Portugal e dos seus domínios para sempre. Lord Aberdeen, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, ficou extremamente irritado com este veredicto e exortou as autoridades portuguesas a não o porem em prática. Infelizmente, porém, o jovem inglês já havia deixado Portugal. Contudo, o rei D. Miguel, em Julho, concedeu-lhe o perdão, pelo que, em Outubro do mesmo ano, Charles Henry Noble pode voltar para o Porto[45].

Depois da abortada rebelião de 16 de Maio, os ingleses espalharam notícias, algumas verdadeiras, outras falsas, acerca do que se passava no estrangeiro e podia ser de interesse para a causa liberal. Ao contrário de outras, as suas cartas não eram abertas pela polícia, pelo que as informações nelas veiculadas davam alento aos liberais portuenses, os quais esperavam ajuda de Inglaterra. Aliás, criados de alguns dos principais mercadores foram presos e, quando a polícia deixou de respeitar os privilégios dos britânicos, as cartas enviadas por John Allen, membro de uma ilustre família portuense, a uma certa D. Ana Rossi e a um certo Mr. Smith, fizeram um bom trabalho de desinformação, pois continham notícias falsas[46]. Pedro Dias, o autor que temos vindo a citar, afirma que, até à chegada de D. Pedro, os britânicos não sofreram muito da parte dos absolutistas. Deram-se apenas alguns incidentes de pequena monta, os quais foram sanados pela intervenção do cônsul[47].

Contudo, em 1827, os britânicos preparavam-se para se dirigirem para Vila Nova de Gaia, de modo a embarcarem em navios mercantes ou mesmo a partirem para Inglaterra se a situação se tornasse demasiado perigosa. Estas medidas, porém, não foram postas em prática, pois, os acontecimentos não tomaram uma feição crítica. De facto, a vida no Porto continuou calma e os ingleses residentes na cidade mostravam-se imperturbáveis, trabalhando e divertindo-se, tal como o faziam em épocas mais tranquilas[48].

45 DIAS, Pedro A. – *Subsídios para a história política do Porto (1823-1829)*, p. 74; 101; 104-111; SELLERS, Charles – *Oporto Old and New*, p. 227.

46 BASTO, Artur de Magalhães – *A colónia inglesa do Porto e as nossas lutas civis dos princípios do século passado*. «O Primeiro de Janeiro» (27 Dez. 1948).

47 DIAS, Pedro A. – *Subsídios para a história política do Porto (1823-1829)*, p. 101-102.

48 BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal during the years 1832, 1833, & 1834*. London: Richard Bentley, 1835, p. 55-56.

Como D. Miguel não cumprisse as suas promessas, D. Pedro veio para Portugal lutar pelos direitos da sua filha, a rainha D. Maria da Glória. Assim, abdicou do trono do Brasil em favor do seu filho mais novo, D. Pedro, e veio para a Europa, tendo começado por procurar apoio na Inglaterra e na França, para a causa liberal, dirigindo-se depois para a ilha Terceira, a qual, em 1828, se revoltara contra os absolutistas. Dos Açores, D. Pedro e as suas tropas embarcaram para o continente, tendo desembarcado perto do Porto, em Julho de 1832. Esta força expedicionária entrou no burgo portuense, sem encontrar resistência, mas a cidade sofreu um cerco, que durou quase um ano, por parte das tropas fiéis a D. Miguel[49].

Conjuntamente com D. Pedro veio uma multidão de idealistas de várias nacionalidades, alguns dos quais eram britânicos, o que deu à cidade um tom cosmopolita. Tudo isto acabou, como é óbvio, por afectar a vida da Comunidade Britânica do Porto, embora oficialmente os ingleses tivessem uma posição neutral[50]. G. Lloyd Hodges, um oficial que serviu no exército de D. Pedro, queixava-se do facto de, a princípio, os súbditos do Reino Unido estarem tão ocupados em não tomar partido a favor de nenhum dos contendores, que não mostraram qualquer sinal de cortesia para com os seus compatriotas ao serviço da rainha D. Maria II. Hodges acusa o cônsul britânico, John Crispin, de encorajar esta atitude, por ser um ultra-conservador e não querer que nenhum do seus conterrâneos se mostrasse favorável à causa liberal. Parece, aliás, que este diplomata não gozava de muita popularidade entre os ingleses, dado a grande maioria ser decididamente favorável aos liberais[51]. Como podemos ver, Hodges não simpatizava com o cônsul Crispin e foi com grande satisfação que viu a sua substituição pelo coronel Thomas Sorell, antigo representante do seu país na Corunha. Este agente consular cuidou bem dos interesses dos seus compatriotas, pois, durante o cerco, enviou uma petição aos sitiantes, por causa de insultos feitos à bandeira britânica e por algumas das propriedades dos ingleses terem sido danificadas. Sorell foi recebido com toda a gentileza mas não conseguiu perceber o que lhe foi dito durante o encontro ou qual a atenção dada pelos miguelistas a este assunto[52].

A cidade foi bombardeada diversas vezes e muitos edifícios foram destruídos, tendo algumas das famílias deixado as suas casas e ido instalar-se fora do Porto, onde estavam longe do alcance das granadas[53]. Mrs. Ormerod, esposa de um

49 MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. vol. 2, p. 90-92.
50 BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 56-57.
51 HODGES – *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*. London: James Fraser, 1833, vol. I, p. 330-331.
52 HODGES – *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*. vol. 2, p. 132-133.
53 Ibid., p. 177-178.

comerciante inglês, viu-se obrigada a abandonar a sua residência, logo no início do cerco, pois esta encontrava-se debaixo de fogo contínuo[54]. Um outro negociante, J. R. Wright, gerente da firma *Croft & C.ª*, perdeu um braço, parte de um ombro, recebeu um golpe na face e foi ferido no crânio quando um projéctil entrou através do telhado da sua habitação, localizada na rua da Bandeirinha, pelo que recebeu tratamento no Hospital Inglês, tendo posteriormente sido enviado para Inglaterra. Estes foram, talvez, os ferimentos mais graves recebidos por um mercador britânico durante o cerco[55]. Além disto, duas casas de John Allen e outra pertencente aos herdeiros de William Nassan sofreram danos, avaliando o primeiro os prejuízos em 400$050 e os segundos em 4.000$000. Esta última propriedade sofreu estragos em várias das suas dependências, nos alojamentos dos criados, nos jardins, no aqueduto, bem como na biblioteca e na capela. O incêndio da Alfândega provocado por um intenso bombardeamento, em 30 de Dezembro de 1832, causou a destruição de mercadorias guardadas no seus armazéns e pertença de comerciantes ingleses. Os bens que arderam eram essencialmente têxteis, tendo a firma *Offley, Forrester & Webb*, uma das mais afectadas, avaliado as suas perdas – 44 caixas de tecidos – na enorme soma de 11.474$170. Dois outros negociantes também sofreram graves prejuízos e um deles, George Whistles, estimava os seus em 3.751$150, enquanto *Ashworth, Wilton & C.ª*. os computava em 4.925$125[56].

Apesar de muitos dos súbditos britânicos terem continuado no Porto durante a guerra civil, alturas houve em que chegaram a pensar ser melhor deixar a cidade.

54 O tenente-coronel Lovell Badcock escreve que o medo contínuo e o barulho do bombardeamento apressaram, se não mesmo causaram a morte de Mrs. Ormerod. BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 242.

55 Ibid., p. 198; SELLERS, Charles – *Oporto Old and New*, p. 140; 228; OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto*. Lisboa: A Regra do Jogo, [1985], p. 238; BENNETT, Norman R. – *O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX*, p. 183.

56 Os seguintes comerciantes também sofreram perdas durante o cerco do Porto: George Whistles, John Atkinson, Henry Hodgson, George Reid, George Prescott, Ashworth Wilton & C°., William Wilby, Offley, Forrester & Webber, John Allen, John James e Edward August Cox, William Callanane, Herdeiros de William Nassan, Manuel de Clamouse Browne & C.ª., Pedro de Clamouse Browne e Manuel de Clamouse Browne. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO – Atestados e outros documentos relativos à liquidação de perdas e danos do bairro de Santa Catarina (1835-1836); Índice das declarações dos lesados pela usurpação apresentadas à comissão de perdas e danos de São João da Foz do Douro (1833-1835); Índice das declarações juradas dos lesados pela usurpação, feitas perante a comissão de liquidação de perdas no bairro de Cedofeita (1833-1834); Declarações dos lesados pela usurpação apresentadas à Comissão de liquidação de perdas e danos de São João da Foz do Douro (1833-1835); Declarações juradas dos lesados pelas usurpações feitas perante a Comissão de liquidação de perdas no bairro de Cedofeita (1833-1834); Autos de declaração e vistoria dos danos causados pelos projécteis dos rebeldes. Bairro de Cedofeita (1834). Num documento publicado por Alfredo Ayres de Gouvêa Allen, *Apontamentos sobre a família de João Allen (1698-1948)*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», (1959), p. 263-267, John Allen avalia os seus prejuízos em 486$750.

Foi o que aconteceu a 23 de Julho de 1832, quando, devido a rumores de que os liberais haviam sido derrotados, quase todas as famílias britânicas procuraram abrigo a bordo de navios mercantes[57]. Cerca de um ano depois, em Julho de 1833, ao saber que os miguelistas tinham enviado uma força militar para a margem norte do Douro e temendo uma invasão da cidade, alguns começaram a adoptar medidas com vista a garantir a sua segurança. Isto provocou divisões entre os ingleses, pois alguns pensavam que se abandonassem o Porto, isso se revelaria prejudicial à causa de D. Pedro. E, além disto, alguns acreditavam na efectiva protecção dada pela bandeira britânica que arvoravam nas suas casas e armazéns. Depois de várias reuniões, uma comissão composta por três respeitáveis membros da comunidade (Mr. Harris, Mr. Forrester e Mr. Noble) foi falar com o coronel Hugh Owen, um oficial britânico, residente em Portugal, que os convenceu a ficar. O tenente-coronel Badcock, outro oficial inglês, sugeriu que, em caso de necessidade, poderiam procurar refúgio na capela de *Saint James*, pois perto deste templo existiam edifícios suficientemente espaçosos, capazes de alojarem toda a Comunidade. A Igreja estava bem localizada, dado encontrar-se isolada das ruas circundantes, pelo que com alguns simples trabalhos de defesa, os ingleses podiam aí abrigar-se sem serem molestados, até ao restabelecimento da ordem pública[58]. Felizmente, porém, este plano não teve de ser posto em prática.

Durante o cerco, contudo, as relações entre os comerciantes britânicos e D. Pedro, duque de Bragança, deterioraram-se, pois os ingleses queriam que Vila Nova de Gaia fosse defendida, em virtude dos seus armazéns estarem aí localizados. E, se todos os oficiais do exército britânico estavam de acordo com eles, D. Pedro não era do mesmo parecer, pelo que apenas autorizou a fortificação do Convento da Serra do Pilar[59].

O coronel Owen, na sua obra sobre o cerco do Porto, louva a coragem demonstrada pelos seus compatriotas e escreve que, caso o exército de D. Miguel tivesse vencido, os súbditos britânicos teriam tido pouca protecção, pois não acreditava que o pavilhão inglês fosse suficiente para lhes garantir a segurança[60]. No entanto, durante estes tempos difíceis os ingleses ajudaram a mitigar a fome que afectava as classes mais desprotegidas da população, tendo sido instituída uma sopa dos pobres, para a qual contribuiram, além dos comerciantes britânicos, alguns portugueses detentores de meios de fortuna. O cônsul Sorell, por seu turno, além de dar dinheiro do seu próprio bolso, doou também 800$000 dos

57 OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto*, p. 164.

58 BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 281-282; BASTO, Artur de Magalhães – *A colónia inglesa do Porto e as nossas lutas civis dos princípios do século passado*. «O Primeiro de Janeiro» (18 Maio 1945).

59 HODGES – *Narrative of the Expedition to Portugal en 1832*, vol. 2, p. 67.

60 OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto*, p. 275; 285-286.

fundos recebidos de Inglaterra para fins caritativos, sendo de uma só vez distribuídas 6.000 rações, compostas principalmente por arroz[61].

Antes do fim da guerra, os comerciantes iriam ainda viver momentos dramáticos. De facto, a 16 de Agosto de 1833, as tropas de D. Miguel incendiaram os depósitos da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, em Vila Nova de Gaia, a fim de evitar que os vinhos e demais utensílios caissem nas mãos dos liberais. Como os armazéns britânicos se situavam muito perto, temeu-se que o fogo se espalhasse e os destruísse. O desastre foi evitado, porque o capitão Glascock, comandante da força naval britânica, ancorado no rio Douro, enviou vários marinheiros para apagar o fogo. Esta atitude, porém, valeu-lhe os protestos de um oficial francês, o conde d'Almer, responsável pela deflagração do incêndio, que se insurgiu contra o desembarque de uma força armada na margem sul do Douro. Uma testemunha ocular, o tenente-coronel Badcock, escreveu que o vinho começou a fluir em catadupas em direcção ao rio. Este militar, aliás, avalia estas perdas em 27.000 pipas de vinho, enquanto o coronel Owen calculava que haviam sido destruídos 9.843 cascos com vinho e 3.312 vazios[62]. A propósito, refira-se que o governo de D. Miguel havia permitido que os ingleses enviassem o seu vinho por terra para Aveiro ou para a Figueira da Foz, portos de onde poderia ser embarcado para o seu destino final. De facto, os absolutistas autorizaram a exportação, através destes portos, de interesse mínimo para os exportadores em tempos normais, de vinho transportado pelo rio e depois pela costa, com o intuito de receber o rendimento dos impostos. D. Pedro começou por ameaçar punir todos aqueles que se aproveitassem destas facilidades, porém, em 1833, dada a ruína iminente de muitas firmas, autorizou o embarque de vinho em qualquer porto, desde que as taxas correspondentes fossem pagas às autoridades liberais. As firmas *Newman, Hunt, Roope & Cª. e Sandeman* aproveitaram-se destas facilidades, embora a maioria dos comerciantes o não fizesse por achar esta via demasiado perigosa. A empresa *Newman, Hunt, Roope & Cª.* enviou 301 pipas para Aveiro, de onde seguiram para Inglaterra, pois, como os seus armazéns estavam na linha de fogo, decidiram correr o risco. Na realidade, a guerra civil cortou as ligações da cidade com a região duriense e interrompeu o comércio, criando um impasse nesta actividade[63].

61 BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 129; OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto*, p. 222; BRADFORD, Sarah – *The Story of Port*. London: Christies's Wine Publications, 1983, p. 59.

62 BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 318-319; OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto*, p. 309-310; BRADFORD, Sarah – *The Story of Port*, p. 57; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*, p. 125.

63 FRANCIS, Alan David – *The wine trade*, p. 301; BENNETT, Norman R. – *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto, 1813-1831*, p. 243 e *O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização*, p. 182; 184.

Joseph James Forrester, mais tarde barão Forrester, e sobrinho do já mencionado Mr. Forrester, então um jovem, na casa dos vinte anos, foi uma testemunha activa de todos estes acontecimentos, tendo, inclusivé, visto cair perto de si, seis projectéis, quando atravessava uma praça do Porto. Em Agosto tomou posição junto aos edifícios onde a sua companhia estava instalada, decidido a participar na sua defesa, tendo feito tudo ao seu alcance para ajudar. A certa altura, todavia, a situação tornou-se tão crítica, que teve de se retirar para um local seguro. Os armazéns da *Offley, Forrester & Webb* não sofreram qualquer dano e Forrester dirigiu, com êxito, as operações que evitaram a destruição dos pertencentes a Mr. Ormerod[64].

É interessante notar que dois jornais ingleses, o *Times* e o *Morning Herald*, enviaram repórteres para o Porto, a fim de cobrirem a guerra civil. Parece, porém, que os artigos publicados transmitiram uma imagem errada da situação aos leitores destes periódicos, opinião compartilhada por dois oficiais britânicos, o tenente-coronel Lovell Badcock e G. Lloyd Hodges[65].

Entre 18 e 20 de Agosto de 1833 os sitiantes levantaram o cerco à cidade do Porto e as operações militares foram transferidas para o Sul do país, tendo a luta terminado em Maio de 1834, quando foi assinada a *Concessão de Évora Monte*, no seguimento da qual D. Miguel deixou o país para sempre[66].

Apesar do comércio portuense se encontrar arruinado, o tenente-coronel Badcock assegura que os negociantes britânicos envolvidos no comércio de bens alimentares, tais como bacalhau e arroz, tiveram lucros avultados[67]. Por outro lado, logo que as tropas de D. Miguel deixaram Vila Nova de Gaia, vinte navios que estavam à espera, fora da barra, entraram no Douro a fim de carregarem vinho. Isto mostra que com o fim das hostilidades os ingleses recomeçaram as exportações deste produto, tendo enviado, no decurso de 1833, 19.000 pipas para a Grã-Bretanha[68].

Após o fim da guerra, os ingleses voltaram à sua vida tranquila. Podiam agora assistir aos serviços religiosos sem medo, tendo-se também reiniciado os jantares no velho edifício da Feitoria. Os comerciantes que tinham saído de Portugal regressaram e o coronel Sorell chamou a família que havia ficado na Corunha[69].

64 SELLERS, Charles – *Oporto Old and New*, p. 266-267; DELAFORCE, John – *Joseph James Forrester Baron of Portugal 1809-1861*. London: Christie's Wine Publications, 1992, p. 24.

65 HODGES – *Narrative of the Expedition to Portugal en 1832*. vol. 2, p. 229-233; BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 224.

66 MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. vol. 2, p. 94.

67 BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 225.

68 FRANCIS, Alan David – *The wine trade*, p. 301.

69 BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 325; 330; 336.

Os negociantes britânicos apareceram, então, entre os fundadores e os directores de várias instituições recentemente criadas, tais como a *Associação Comercial do Porto*, formada em 1834, e a *Companhia de Seguros Segurança*, bem como o *Banco Comercial do Porto*, ambos criados em 1835[70].

A região do Douro também voltou à sua actividade normal e, enquanto o vinho era preparado para ser exportado, tomaram-se medidas para reparar os prejuízos causados pela guerra[71]. O couto de São João da Foz, que, na altura ainda não fazia parte da cidade do Porto, desenvolveu-se muito com o fim das hostilidades. Novas casas foram construídas e muitas famílias inglesas, bem como portugueses ricos, aí passaram a viver durante o Verão, época em que se ia a banhos[72].

O Porto, contudo, antes de poder gozar de paz, ia ainda viver horas de aflição. Entretanto, Joseph James Forrester desenvolvia a sua actividade artística e travava uma cruzada contra a adulteração do vinho do Porto, o que desagradava aos exportadores de vinho. As ideias de Forrester, todavia, não lhe criaram muitos inimigos entre os outros comerciantes ingleses, mantinha, aliás, bons amigos na comunidade mercantil britânica e possuía, além disto, uma certa influência junto das autoridades portuguesas[73].

A década de quarenta do século XIX foi muito conturbada para a cidade do Porto. Em 1842 Costa Cabral proclamou a restauração da Carta Constitucional, a qual havia sido abolida em 1836, e quatro anos mais tarde ocorreu a Revolução da *Maria da Fonte*, que levou à queda do governo de Costa Cabral, tendo este de se exilar. Formou-se, então, um novo ministério, que não durou muito tempo, pois alguns meses mais tarde, o primeiro-ministro foi substituído. Todos estes acontecimentos arrastaram o país para outra guerra civil[74]. Nesta altura, a Junta do Porto, formada durante a Revolução da *Maria da Fonte*, lutava contra o governo de Lisboa, apoiado pela Grã-Bretanha e pela Espanha. O território português foi invadido por um exército espanhol e o burgo portuense bloqueado por uma força marítima inglesa. Este conflito terminou oito meses mais tarde com a derrota dos rebeldes, a assinatura da *Convenção de Gramido*, em Junho de 1847, e o regresso de Costa Cabral ao poder[75].

Durante a guerra, apesar da vida não ser fácil para ninguém, a actividade

70 MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, p. 326-327.

71 BADCOCK, Lovell (lieutenant-colonel) – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal...*, p. 336; 343.

72 KINGSTON, William H. G. – *Lusitanian sketches of the pen and pencil*. London: John Parker, 1845, vol. 1, p. 60; 246; LICHNOWSKY, Félix (Príncipe) – *Portugal. Recordações do ano de 1842*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 159.

73 DELAFORCE, John – *Joseph James Forrester Baron of Portugal 1809-1861*, p. 46; 72.

74 RIBEIRO, Jorge Martins – *Economia e política no burgo portuense através da corrrespondência dos cônsules dos Estados Unidos no Porto (1841-1851)*, p. 186-187; 189.

75 MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, vol. 2, p. 100.

comercial continuou. Por volta de 1840 existiam cerca de 20 casas britânicas, cada uma exportando em média entre 500 a 1.000 pipas, com excepção de uma ou duas, que ultrapassavam os 2.000 cascos[76]. Numa carta para um amigo, Robert Woodhouse, James Forrester descreve a viagem realizada ao vale do Douro, em Dezembro de 1846. Aliás, conforme já anteriormente dissemos, encontrava-se bem relacionado, conhecia, por exemplo, Passos Manuel, um dos chefes rebeldes, daí que, na sua jornada, levasse passaportes de ambos os contendores, bem como um pavilhão britânico cuidadosamente enrolado, tal como se fosse um guarda-chuva, enquanto o seu criado transportava uma bandeira branca. Quando atingiu Mesão Frio, os seus amigos ficaram surpreendidos por ele ousar viajar numa época tão perigosa. Forrester foi, aliás, detido por uma pequena força armada e conduzido à presença do barão de Castro d'Aire, chefe do exército rebelde, a quem mostrou cartas de apresentação de Passos Manuel e do seu irmão José. James Forrester falou então com este dirigente acerca das dificuldades com que os comerciantes tiveram de se defrontar, provocadas pelos obstáculos à livre navegação do rio. Obteve, assim, dois salvo-condutos e prosseguiu a sua jornada, rio acima, a bordo do seu próprio barco. A viagem continuou sem problemas e alguns dias depois regressou ao Porto, tendo viajado pelo rio entre a Régua e a cidade. Além de possuir um salvo-conduto, manteve a bandeira britânica arvorada durante todo o percurso. James Forrester era de opinião que durante tempos tão conturbados se revelava impossível fechar os olhos ou os ouvidos a assuntos relacionados com a política, até porque o futuro da Comunidade Britânica e dos seus bens dependia do destino político de Portugal[77].

O futuro barão Forrester, como já mencionámos, mostrava-se atento à situação portuguesa e evitava tomar partido, tendo-lhe esta posição permitido, a 8 de Julho de 1847, jantar simultaneamente, na sua própria casa, com os chefes das duas facções inimigas. Refira-se, porém, que os dois adversários comeram em divisões separadas, cada um ignorando a presença do outro[78].

A Junta Provisória do Supremo Governo do Reino tentou tranquilizar os residentes estrangeiros no Norte do país tendo, em 31 de Maio de 1847, publicado uma proclamação na qual prometia a todos as garantias e protecção que costumavam gozar, independentemente do estado das relações entre os seus próprios países e a Junta do Porto ou o governo português. Este édito também declarava que quem ofendesse os estrangeiros seria severamente punido[79].

76 BENNETT, Norman R. – *O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX...*, p. 196.

77 SELLERS, Charles – *Oporto Old and New*, p. 267-272; DELAFORCE, John – *Joseph James Forrester Baron of Portugal 1809-1861*, p. 73.

78 SELLERS, Charles – *Oporto Old and New*, p. 267-272; DELAFORCE, John – *Joseph James Forrester Baron of Portugal*, p. 25.

79 «O Nacional» (1 Jul. 1847).

Vários comerciantes britânicos regozijaram-se com o manifesto e publicaram declarações no jornal *O Nacional*, agradecendo ao governo as garantias dadas e louvando o povo português. Aliás, este jornal favorável aos rebeldes publicava ataques contra o governo britânico e contra a sua intervenção a favor das autoridades de Lisboa[80]. *O Nacional* também escreve que a guerra era o resultado de uma infame aliança dos reis contra a liberdade dos povos, declarando-se convencido que os cidadãos das potências inimigas, contrariamente aos seus governantes, simpatizavam com a causa da Junta do Porto[81].

A 6 de Junho, o mesmo periódico publica outra carta assinada por 34 cidadãos britânicos, entre os quais encontramos os principais exportadores de vinho do Porto, com excepção de James Forrester, agradecendo às autoridades e ao povo de Portugal todas as amabilidades demonstradas e fazendo ao mesmo tempo votos pelo bem-estar de todos os portugueses[82].

Depois da assinatura da Paz e, pelo menos, até ao fim de 1847, o comércio do vinho era diminuto, todavia, durante o mês de Agosto, chegaram ao Porto várias embarcações carregadas com produtos brasileiros que tinham estado retidas em Lisboa ou em Vigo, provocando uma abundância de artigos do Brasil. No fim de Novembro, a actividade comercial, no geral era já a habitual, com excepção da relacionada com os bens alimentares brasileiros, pois apenas se efectuou uma transacção de café[83]. O comércio, contudo, voltou ao normal e, depois de 1851, Portugal conheceu um período de estabilidade política e de crescimento económico.

William Kingston, nos seus *Lusitanian Sketches*, escreve que os ingleses residentes no Porto, apesar de apenas constituirem uma pequena porção da sociedade, eram moderamente notórios. Conforme referimos, o comércio do vinho do Porto encontrava-se nas suas mãos, apesar da criação da *Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Movimentavam-se nas altas esferas da sociedade portuense e habitavam boas casas nas melhores zonas da cidade. Possuiam uma igreja privativa, um cemitério e até um hospital[84]. O seu símbolo era, e ainda hoje é, o edifício da Feitoria onde se encontravam por razões de negócios e onde recebiam convidados distintos. A primeira metade do século XIX não foi de modo

80 «O Nacional» (3 Jun. 1847).

81 «O Nacional» (7 Jun. 1847).

82 Os comerciantes britânicos que assinaram esta carta são os seguintes: James Dawson Harris, Thomas G. Sandeman, J. R. Thompson, Manuel de Clamouse Browne, Henry Smithes, Edwin Sandeman, John Lambert, Henry Wilcock, Joseph Allen, Alexander Miller, George Knowsley, Dixon Teage, Charles Coverley, James Buchanan, Charles Hatt Noble, John Q. Murat, Richard Hatt Noble, W. J. Wright, Richard Cooper, Henry Jebb M.D., James Dow, Thomas Fleming, All Fannell, Robert Graham, D. M. Nicoll, Miles Fletcher, R. P. Dagge, J. Archer, George Whistler, Richard Galwey, John R. Wigham, A. F. Sealay, George Wye e Quarles Harris, Jr. «O Nacional» (7 Jun. 1847).

83 «O Nacional» (23 Aug. e 6 Dez. 1847).

84 KINGSTON, William H. G. – *Lusitanian sketches of the pen and pencil*, vol. 1, p. 275-276; 305.

algum um tempo fácil para os comerciantes e para os habitantes do Porto. As guerrras e as revoluções provocaram grandes dificuldades e causaram muitos sofrimentos. Conseguiram, no entanto, sobreviver, tendo sido capazes de preservar os seus bens, ao mesmo tempo, que compravam vinho no vale do Douro e o exportavam para a Grã-Bretanha. Foram também capazes de manter uma aparência de neutralidade nos conflitos que dividiram a sociedade portuguesa, apesar das suas simpatias irem para a causa liberal[85]. Entre eles encontramos um homem de génio, Joseph James Forrester, a quem o rei D. Fernando, regente de Portugal, concedeu, em 1855, o título de barão Forrester[86]. Este homem desempenhou um papel activo durante o cerco do Porto, bem como durante a guerra civil de 1846-1847, e até à sua morte trágica, por afogamento no rio Douro, em 1861, defendeu o vinho do Porto de adulteração.

85 FRANCIS, Alan David – *The wine trade*, p. 296.
86 DELAFORCE, John – *Joseph James Forrester Baron of Portugal 1809-1861*, p. 78.

APÊNDICE

Quadro 1
Importações portuguesas da Grã-Bretanha

Anos	Valor	% do total
1796	4 856 110 $216	38,67
1797	4 627 613 $455	31,92
1798	6 661 419 $574	45,23
1799	8 835 649 $603	44,73
1800	8 911 061 $642	44,49
1801	4 879 357 $324	25,23
1802	6 693 774 $311	37,31
1803	5 587 493 $136	37,08
1804	5 764 885 $656	32,31
1805	5 837 705 $848	29,70
1806	6 587 150 $292	40,07
1807	5 422 272 $321	39,02
1808	1 966 375 $040	71,75
1809	4 531 952 $809	51,30
1810	9 564 761 $528	56,09
1811	21 559 960 $503	55,70
1812	17 334 364 $752	50,39
1813	18 082 171 $524	58,37
1814	13 634 948 $650	60,17
1815	13 152 834 $877	53,30
1816	9 955 800 $491	55,71
1817	9 078 974 $020	57,43
1818	7 791 558 $427	39,59
1819	7 466 156 $836	50,16
1820	7 763 220 $528	60,65
1821	8 634 577 $935	60,98
1822	8 350 463 $160	68,42
1823	7 980 231 $244	66,39
1824	8 625 653 $128	63,50
1825	6 945 089 $655	55,94
1826	6 869 787 $414	65,88
1827	7 010 383 $104	47,35
1828	6 010 719 $997	50,01
1829	6 620 538 $568	55,43
1830	6 562 403 $412	52,63
1831	5 101 088 $818	52,22

Unidade – real

Quadro 2
Exportações portuguesas para a Grã-Bretanha

Anos	Valor	% do total
1796	4 887 076 $129	30,52
1797	3 979 976 $884	33,66
1798	6 828 264 $088	45,36
1799	9 058 217 $010	51,21
1800	6 702 836 $204	32,40
1801	9 651 014 $710	38,44
1802	8 472 170 $155	39,58
1803	10 514 250 $356	48,84
1804	7 462 492 $334	35,43
1805	8 865 210 $950	39,13
1806	8 201 116 $990	35,27
1807	7 971 196 $005	37,96
1808	802 980 $620	13,82
1809	7 342 270 $330	74,48
1810	10 219 063 $660	81,61
1811	4 323 864 $845	62,54
1812	6 927 589 $310	66,24
1813	6 261 978 $630	63,06
1814	6 579 572 $250	37,45
1815	7 615 463 $857	38,88
1816	4 186 393 $042	25,88
1817	6 169 867 $242	39,12
1818	6 924 400 $890	40,90
1819	4 209 087 $095	37,28
1820	3 951 809 $536	34,13
1821	4 084 568 $766	40,17
1822	4 634 223 $760	42,83
1823	3 966 188 $332	48,51
1824	3 363 444 $340	39,57
1825	6 812 676 $171	63,13
1826	3 189 235 $016	49,96
1827	4 573 367 $779	40,44
1828	4 582 564 $082	42,50
1829	3 134 527 $618	32,12
1830	3 327 339 $687	33,21
1831	3 508 476 $732	43,54

Unidade – real

Fonte: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Junta do Comércio. *Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras*, livros 191, 192, 193 (1799-1803); livro 466 (1811); livros 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 207 (1814-1821), livros 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, (1823-1830); manuscrito da Livraria nº. 1899, *Balanço Geral do Comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras – 1831*. Instituto Nacional de Estatística, *Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras* (1796-1797; 1799-1807; 1809-1821; 1823-1831). Arquivo do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (actualmente Ministério do Equipamento Social), *Superintendência geral dos Contrabandos, Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com os seus domínios e nações estrangeiras*, SGC 5, livro 4 (1796), livro 5 (1797), livro 6 (1798), livro 7 (1808); livro 8 (1822); Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Balanças gerais do comércio do reino de Portugal com as nações estrangeiras*, mss. 11, 4, 14-15 (1798).

Quadro 3 – Exportação de vinho do Porto para a Grã-Bretanha

Anos	% do total exportado
1795-99	82,00
1800-04	90,20
1805-09	86,40
1810-14	89,60
1815-19	79,90
1820-24	71,30
1825-29	71,30
1830-34	87,20
1835-39	80,70
1840-44	78,20
1845-49	65,60
1850-54	75,40

Fonte: Quadro 79 – Posição relativa dos diferentes mercados do vinho do Porto (%), in MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 250.

Quadro 4 – Consumo de vinhos portugueses na Grã-Bretanha

Anos	Vinhos portugueses	Vinho da Madeira	Total dos vinhos portugueses	Cons. total de vinhos na Grã-Bretanha	%*
1787-1794	4 180 890	196 140	4 377 030	5 524 890	79,22
1795-1796	4 035 570	100 380	4 135 950	5 605 740	73,78
1797-1802	4 136 580	167 790	4 304 370	5 449 710	78,98
1803-1804	3 718 890	248 955	3 967 845	5 397 840	73,51
1805-1814	3 773 070	353 850	4 126 920	6 015 030	68,61
1815-1820	2 525 460	359 940	2 885 400	4 564 140	63,22
1821	2 343 509	400 476	2 743 985	4 686 885	58,55
1822	2 375 210	341 916	2 717 126	4 606 999	58,98
1823	2 492 212	323 734	2 815 946	4 845 060	58,12
1824	2 512 343	297 479	2 809 822	5 030 091	55,86
1825	4 200 719	372 524	4 573 243	8 009 542	57,10
1826	2 833 688	286 275	3 119 963	6 058 443	51,50
1827	3 222 192	300 295	3 522 487	6 826 361	51,60
1828	3 307 021	272 977	3 579 998	7 162 376	49,98
1829	2 682 084	229 392	2 911 476	6 217 652	46,83
1830	2 869 608	217 138	3 086 746	6 434 445	47,97
1831	2 707 734	209 127	2 916 861	6 212 264	46,95
1832	2 617 405	159 898	2 777 303	5 965 542	46,56
1833	2 596 530	161 042	2 757 572	6 207 770	44,42

* Valor, em percentagem, dos vinhos portugueses consumidos na Grã-Bretanha.

Fonte: Table V – Annual consumption of all wines from 1784 to 1833, in ALEXANDER, James Edward – *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*. London: James Cochrane and C°., 1835, p. 295.